



ÓRGÃO DE UNIDADE DOS CAMPESES DO NORTE

Nº 34 — 2ª SÉRIE

MARÇO DE 1974 PREÇO \$50

NÃO ARRANCAREMOS UM SÓ PÉ DAS NOSSAS VIDEIRAS !

Com este título, que corresponde à firme decisão dos pequenos vinicultores, saiu em fins do mês passado um manifesto de «A Terra» sobre a discussão na Assembleia Nacional fascista do projecto de Lei de condicionamento e reconversão do plantio da vinha. O manifesto do nosso jornal foi largamente distribuído e muito bem acolhido pelos pequenos produtores do Norte do país que já se vinham movimentando contra o referido decreto.

Quando foi conhecido, em 1972, o Projecto-Lei saído da Câmara Corporativa, milhares de pequenos e médios camponeses das Beiras, Douro Litoral e Minho desencadearam imediatamente uma onda de protestos e enviaram ao Governo uma exposição com milhares de assinaturas defendendo o seu direito de produzir e comercializar o vinho «americano», negando-se ao mesmo tempo a cumprir qualquer determinação que os obrigasse a arrancar as suas videiras.

Agora, mal o Projecto Lei começou a ser discutido na Assembleia Nacional, os pequenos vinicultores do Norte levantaram de novo os seus protestos.

Pelo caminho que o debate da proposta de lei está a tomar na Assembleia Nacional, tudo leva a crer que os fascistas possivelmente não se atreverão a aprovar a obrigatoriedade do arranque das videiras «americanas», receosos das violentas reacções que já se esboçavam por parte dos pequenos e médios camponeses nortenhos. Mas, em contrapartida, «carregarão» nas multas e nas taxas, o que é outra forma de levarem água ao seu moinho, canalizando para os grandes vinicultores o dinheiro arrancado

aos pequenos e apressando a ruína destes.

Os abaixo-assinados e todas as formas de protesto têm de continuar, por parte dos pequenos e médios camponeses, pois só assim conseguirão defender o seu direito à produção e comercialização do vinho «americano», afirmando a sua disposição de não pagarem multas nem taxas.

DOIS REGIMES

DUAS AGRICULTURAS

Saiu há pouco tempo o Boletim Mensal de Estatística que traz um relatório sobre o ano agrícola de 1973. Tanto das palavras do relatório como dos números estatísticos apresentados, ressalta que o ano agrícola foi verdadeiramente desastroso, com diminuições enormes de produção em todas as principais culturas, quer em relação ao ano anterior, quer em relação ao último decénio (1963-1972). É sabido que a agricultura portuguesa se vem aprofundando numa crise crónica desde há muitos anos e que todo o decénio de 1963-72 se caracterizou pelo agravamento dessa crise. Contudo, se já no ano agrícola de 1972 quase todas as produções baixaram relativamente à média do anterior decénio, o ano de 1973 foi ainda mais desastroso. Assim, relativamente à média dos últimos dez anos, a produção de trigo baixou 15,4 %, a de centeio 30 %, a de aveia 18,3 %, a de cevada 15,4 %, a de fava 22,6 %, a de grão de bico 31,9 %, a de milho 2,8 %, a de feijão 9,1 %, a de batata 8 %, a de vinho

(continua na pág. 4)

PORTARIAS COM ALGOOL A MAIS

A Secretaria de Estado do Comércio publicou recentemente as tabelas de graduação alcoólica para a comercialização dos vinhos das colheitas de 1975 e chegamos à triste e habitual conclusão de que esta portaria (elaborada com a conivência da J.N.V.) está completamente errada e apenas prejudica os vinicultores.

Assim, e referindo-nos por exemplo ao distrito de Aveiro, a portaria aplica um mínimo de 11 graus, excepto nos concelhos de Agueda, Albergaria-a-Velha, Oliveira de Azeméis e Sever do Vouga, onde é determinado um mínimo de dez graus. Ora, na maior parte dos concelhos deste distrito os vinhos não ultrapassaram este ano os nove graus e em muitos não foram sequer atingidos. O que acontece neste distrito repete-se por todo o Norte.

Já de si é incorrecto qualificar o vinho apenas pelas graduações alcoólicas, não atendendo a outras características; isto ainda se agrava com uma errada determinação dos mínimos exigidos; e finalmente esta portaria não revela apenas incompetência da JNV e das Secretarias de Estado, mas ainda e sobretudo o acentuar do carácter explorador destes organismos. Estabelecendo a graduação alcoólica superior à natural, impedindo a comercialização com graduação inferior, fiscalizando e multando os armazéns, a Junta Nacional de Vinhos procura obrigar os vinicultores a comprarem-lhe o tal «álcool neutro» que a Snr.^a Junta vende, para os vinhos atingirem o tal mínimo tabelado, ou então, como alternativa, obrigá-los a venderem-lhe os vinhos ao desbarato para ela os queimar nas suas caldeiras.

Mal disfarçada por detrás duma Portaria da Secretaria de Estado do Comércio, a J.N.V. procura novas formas de conseguir lucros à custa daqueles a quem deveria servir: os pequenos vinicultores.

A aplicação destas tabelas prejudicará milhares de pequenos lavradores cujas principais ou exclusivas fontes de receita provêm do vinho. Esta portaria integra-se na política governamental que tem conduzido à ruína dos pequenos agricultores; é mais um exemplo da acção dos organismos corporativos que apenas prejudicam os camponeses. De

ENÉRGICOS PROTESTOS CONTRA A FALTA DE ADUBO

Em várias regiões do Norte levantam-se enérgicos protestos dos pequenos e médios agricultores contra a falta de adubos, a falta de batata de semente e os preços de especulação que estes produtos atingem.

O ambiente de revolta entre os camponeses nortenhos atingiu tais proporções que os seus protestos junto dos Grémios da Lavoura obrigaram estes a realizar uma reunião onde foram discutidos alguns dos graves problemas com que se debatem os agricultores. Pressionados pelo profundo descontentamento geral, os próprios dirigentes de vários Grémios da Lavoura de Entre-Douro-e-Minho tiveram que fazer-se eco dos protestos dos pequenos e médios agricultores.

Assim, um deles afirmou: «As próximas colheitas vão ser ruinosas. Neste caminho, teremos de recorrer a importações maciças de produtos alimentares, para não morrermos à fome». E exigiu «que sejam tomadas providências imediatas pois, se a Lavoura continuar sem adubos, ninguém nos livrará da fome».

Convém recordar que estas palavras desmentem frontalmente as demagógicas afirmações do recém-nomeado Ministro da Agricultura e do Comércio que prometeu no seu discurso: «Essa eficácia da Agricultura portuguesa haverá de traduzir-se na sua acrescida aptidão para contribuir mais largamente para o abastecimento do mercado interno, que não poderá continuar tão dependente, como até agora tem acontecido, da importação de bens alimentares; e na sua capacidade para pro-

imediato, teremos que responder a esta Portaria exigindo que não seja aplicada e que, pelo menos, sejam revistas as tabelas de graduação alcoólica de forma a corresponderem à realidade.

Tal como fizemos com a taxa do vinho, a nossa acção deverá assumir a forma de um abaixo-assinado, de concentrações ou outras formas que sejam a expressão do nosso descontentamento e da nossa unidade. Só agindo colectivamente e organizados é que podemos vencer e impedir a aplicação da Portaria!

OS DOS CAMPONESES S E DE BATATA DE SEMENTE



QUE A C.P. PAGUE O QUE DEVE!

Em várias freguesias da região do Vale do Vouga voltou de novo a circular o abaixo-assinado exigindo o pagamento das indemnizações às vítimas do incêndio das matas provocado pela incuria da C.P.

Sabe-se que a exposição há tempos feita pelos camponeses da região está presente-mente a ser apreciada na Direcção dos Transportes Terrestres para apuramento da responsabilidade da C.P. no incêndio. É necessário portanto acelerar a recolha de assinaturas e enviá-las rapidamente, ao mesmo tempo que os camponeses lesados intensifi- cam a sua movimentação e as pressões jun- to das autoridades locais.

CRÉDITOS PARA QUEM?

Acentuam-se as dificuldades postas pelo governo à concessão de créditos agrícolas às cooperativas para a constituição de infra-estruturas necessárias à sua sobrevivência. Em contrapartida, no sector da avicultura por exemplo, está a verificar-se a conces- são de grandes subsídios do governo para a construção de matadouros e outras obras, a explorações capitalistas (União, além dou- tras) equipando-as assim de modo a faze- rem uma concorrência tenaz na comerciali- zação de frangos e ovos, às cooperativas agrícolas do mesmo ramo.

PRODUTORES DE LEITE

Em Macieira de Cambra, em meados de Fevereiro, a Federação estava sem pagar o leite há 15 dias, o que já é frequente acon- tecer. Por este motivo e pelos baixos preços pagos, muitos produtores estão a recusar a sua entrega, pelo que já foi encerrado um posto de recolha de leite na região.

Em Deocriste (Viana do Castelo), os pro- dutores de leite também têm protestado con- tra o atraso do pagamento do leite e recla- mado o seu aumento de preço no produtor.

No Minho e Douro Litoral levantam-se protestos contra a classificação do leite e os grandes atrasos no pagamento.

porcionar aos que trabalham no sector níveis de vida aceitáveis, em confronto com os de outras categorias profissionais».

Foi o próprio governo quem decretou a subida dos adubos, para favorecer os mono- pólios que os produzem. É o próprio governo que permite que estes roubem 5 quilos em cada saco que deveria pesar 50. É o próprio governo que permite que eles exportem os adubos ou os açambarquem em vez de lan- çá-los no mercado e que, quando os põem à venda, o façam com aumentos que atingem mais de 150%. É o governo, por intermédio da sua J.N.F., que facilita o açambarcamento e mercado negro da batata de semente. É o governo o culpado dos atrasos do pagamen- to do leite à Lavoura, o culpado da falta de pagamento dos subsídios para a mecanização agrícola através da J. C. I., o culpado das graves deficiências no abastecimento de combustí- vel para as máquinas agrícolas. — Todas estas acusações ao governo ficaram clara- mente expressas na recente reunião realiza- da pelos Grêmios da Lavoura por pressão dos camponeses do Norte.

A solução dos graves problemas que afligem neste momento os camponeses só pode- rá ser conseguida pela sua luta unida e firme!

Há que realizar reuniões amplas donde saiam abaixo-assinados ao governo, concen- trações junto dos Grêmios e das Câmaras, e, com as mais variadas formas de protesto, exigir que sejam tomadas as urgentes medi- das reclamadas por todos.

O CONSUMO DE ADUBOS

Em 1971 consumiram-se em Portugal 30 quilos de adubos por hectare, sendo o país de mais baixo nível de consumo de adubos em toda a Europa. Este é um dos principais factores que têm colocado Portugal no últi- mo lugar dos países europeus quanto à taxa de crescimento da produção agrícola.

Com a recente subida do preço dos adubos e a sua falta, ainda mais se acentuará a dimi- nução da produção agrícola em Portugal.

4
DOIS REGIMES — DUAS AGRICULTURAS

(continuação da pág. 1) 4,1% e a de azeite 35,6%. A única produção em que, segundo a estatística, se verificou uma subida no último ano, foi a do arroz.

Da análise dos números verifica-se que dois factores concorreram particularmente para estas enormes quebras de produção: a diminuição das áreas semeadas e a descida do rendimento por hectare das culturas apresentadas na estatística. Quando, como acontece em Portugal, a diminuição da produção está ligada a estes dois factores, tem a sua principal explicação na crise aguda que a agricultura atravessa pela ausência total, da parte do regime fascista, de auxílio aos camponeses que são explorados, expoliados por meio de impostos, taxas, etc., etc., cultivam a terra por meios artesanais sem ajuda técnica nem ensino agrícola, não dispõem de créditos, nem do mínimo incentivo para a formação de verdadeiras cooperativas. Daí a ruína dos camponeses, daí o seu abandono da actividade agrícola e, consequentemente, a redução das áreas cultivadas.

Ao encararmos a situação catastrófica da agricultura em Portugal, salta-nos aos olhos o contraste com a agricultura soviética cujos enormes progressos demonstram êxitos da política do Partido Comunista da União Soviética na agricultura. Falámos do ano agrícola de 1973 em Portugal. Em 1973, na União Soviética, todas as colheitas excederam largamente as dos anos anteriores. A produção de cereais, por exemplo, foi de 222 milhões de toneladas, mais 54 milhões do que em 1972, o que representa um aumento de 32%. A razão principal dos sucessos da agricultura soviética é devido ao regime socialista em que a produção agrícola está organizada em grandes cooperativas de camponeses, os kolkozos, e em modernas empresas estatais, os sovkozos, que utilizam a mecanização agrícola e os mais modernos meios de produção para benefício dos camponeses e de todo o povo. Só nos três primeiros anos do actual plano quinquenal (1971-1975), a agricultura já recebeu cerca de um milhão de tractores e 600 mil camiões, além de grande quantidade de outras máquinas e de adubos, medidas a que se juntam os enormes

trabalhos de irrigação e drenagem que se estendem por imensas áreas da URSS.

Para o ano de 1974 projecta-se elevar a produção agrícola em 7,5% em comparação com o ano de 1973.

Num país como a União Soviética, onde a base da economia é a propriedade social (isto é, de todo o povo) dos meios de produção, todos os aumentos da produção revertem exclusivamente em benefício dos próprios trabalhadores. Assim, os aumentos que se registam na produção agrícola reflectem-se directamente na melhoria dos rendimentos dos camponeses soviéticos. Ao contrário do que acontece em Portugal, na União Soviética aumenta de ano para ano o bem-estar dos camponeses. Por exemplo, segundo o anterior plano quinquenal (de 1965 a 1970) estava previsto que os rendimentos em dinheiro e em produtos dos camponeses soviéticos aumentassem de 55 a 40% em relação aos 5 anos anteriores. Mas dados os êxitos conseguidos no desenvolvimento económico em geral e, consequentemente, também na agricultura, os rendimentos dos camponeses ainda foram mais elevados do que estava previsto, subindo 42%. O mesmo está acontecendo durante o presente plano quinquenal.

Além desse constante aumento dos seus rendimentos, os camponeses soviéticos têm à sua disposição, gratuitamente, a assistência médica, os meios de desenvolvimento cultural e profissional, todo o ensino é gratuito desde o primário ao superior (recebendo os estudantes um salário que lhes permite viver); têm direito a férias pagas com a duração média de 21 dias e recebem a reforma aos 60 anos (os homens) e aos 55 as mulheres, reforma que atinge cerca de 70% e nalguns casos 100% dos seus salários durante o período em que trabalhavam, além de pensões por invalidez.

Enquanto os camponeses em Portugal vivem cada vez pior e as perspectivas de futuro são ainda mais sombrias, os camponeses soviéticos vivem hoje melhor do que viviam ontem e viverão amanhã melhor do que vivem hoje. Este é um contraste que mostra bem as vantagens indiscutíveis do regime socialista que liquidou para sempre a exploração do homem pelo homem.